

REFLEXÕES¹ SOBRE UMA NOVA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA NA AMÉRICA LATINA²

Eduardo F. Coutinho
Univ. Federal do Rio de Janeiro

Com a contribuição de correntes do pensamento teórico-crítico contemporâneo, como a Desconstrução, a Nova História e os chamados Estudos Culturais e Pós-Coloniais, a Historiografia Literária vem sofrendo, da segunda metade do século XX ao presente, considerável transformação, que se faz sentir pelo questionamento, entre outras coisas, de sua linearidade tradicional, calcada em noções como a de progressão ou evolucionismo – que cedem lugar a uma espécie de “diálogo entre o passado e o presente” (BRAUDEL, 1981: 25) - e de fronteiras rígidas entre os povos, representadas por figuras como a da “nação”³, hoje revelada como uma construção discursiva frágil, somente sustentável por interesses hegemônicos. A esses elementos, que constituíram pilares da Historiografia tradicional, e agora se encontram seriamente abalados, acrescente-se ainda a própria noção de “literariedade”, que vem sendo constantemente repensada, chegando, em algumas de suas reformulações, a incluir categorias do discurso até então excluídas do considerado “literário”, como os chamados “registro popular” ou “literatura oral” e a produção de grupos étnicos marginalizados. Antes, porém, de entrarmos nessas questões, que constituirão o alvo principal de nosso interesse neste ensaio, lançaremos uma mirada sobre a historiografia literária tradicional, e faremos uma breve revisão crítica do Comparatismo,

¹ Este texto foi publicado em *Ilha do Desterro*. Revista de Língua Inglesa, Literaturas em Inglês e Estudos Culturais, no. 59, jul/dez 2010, pp. 113-132 (Número org. por FERNANDES, Gisèle Manganelli e WIMMER, Norma, com o título de *New Perspectives to History Through Literature*), e em BAUMGARTEN, Carlos Alexandre, org. *Histórias da Literatura: Itinerários e Perspectivas*. Rio Grande: FURG, 2011, pp. 55-73.

² A América Latina é uma construção múltipla, plural, móvel e variável, e, por conseguinte, altamente problemática, criada para designar um conjunto de nações, ou, melhor, povos, que apresentam entre si diferenças fundamentais em todos os aspectos de sua conformação, mas que, ao mesmo tempo, apresentam semelhanças significativas em todos esses mesmos traços, sobretudo quando se os compara com os de outros povos. Estamos empregando o termo cientes de suas limitações e ambiguidades, mas por outro lado conscientes de sua legibilidade tanto em momentos expressivos do passado do continente quanto no presente, sobretudo no que concerne à semelhança dos problemas e situações que engentam os países que o integram. A ideia de América Latina se desenha, assim, para nós, como uma unidade na diversidade, ou seja, um mosaico de peças díspares, mas com fortes denominadores comuns, como uma região marcada por grande diversidade, mas que articula o heterogêneo em uma estrutura global permeável, contudo reconhecível por suas significações históricas e culturais comuns.

³ Sobre o redimensionamento do conceito de “nação”, ver ANDERSON (1983), HOBBSAWM (1989), BHABHA (1994), GUIBERNAU (1996) e CORSE (1997).

focalizando em especial seu momento de ruptura a nosso ver mais significativo – as últimas décadas do século XX.

O Comparatismo e a Historiografia Literária, embora já venham sendo praticados desde tempos bastante remotos, só se configuram e consolidam como disciplinas acadêmicas no século XIX, quando as teorias evolucionistas de Darwin e Spencer, com sua ênfase sobre a noção de “progressão linear”, trazem à tona o Historicismo, e a visão de mundo cientificista dá ensejo a uma preocupação muito marcada com o registro documental da história e com uma metodologia de caráter comparatista, que culminou na criação de disciplinas como a Anatomia Comparada e a Lingüística Comparada. Surgidas assim em uma mesma época e voltadas para o estudo da produção literária, Literatura Comparada e Historiografia Literária acham-se associadas desde o início, e basta uma breve mirada à fase de configuração dos dois discursos para que se comprove a afirmação. Em 1830, por exemplo, J. J. Ampère, um dos primeiros artífices da Literatura Comparada, refere-se, na França, à “história comparativa das artes e da literatura” em seu *Discurso sobre a história da poesia*, e, dez anos depois, reemprega o termo no título da obra *História da Literatura Francesa comparada às Literaturas Estrangeiras*. Em 1835, outro prógono da disciplina, Philarète Chasles, se encarrega de formular alguns princípios básicos do que considerava ser uma “história da literatura comparada”, e parte para propor uma visão conjunta da história da literatura, da filosofia e da política nos cursos que irá ministrar, em 1841, no Collège de France. Além disso, é sob a égide do Historicismo que a Literatura Comparada se erige como disciplina acadêmica, e como tal que ela atravessa suas primeiras décadas de existência, formando o que veio posteriormente a ser conhecido como “Escola Francesa de Literatura Comparada”⁴.

Tendo desempenhado papel fundamental no processo de consolidação da disciplina, e dominado o universo acadêmico por mais de meio século dentro e fora do país de origem, a Escola Francesa, apesar de hoje amplamente questionável em seus princípios e métodos, deixou cicatrizes no Comparatismo que até recentemente se faziam sentir. A orientação dominante era de ordem histórica ou historiográfica, calcada na pesquisa de fontes e influências e restringindo o alcance da disciplina ao terreno das aproximações binárias e à constituição de “famílias literárias”. A Literatura Comparada era vista como um ramo da História Literária, e os autores, obras e movimentos, como manifestações de

⁴ Para maiores informações, ver CLEMENS (1978), CARVALHAL (1986) e COUTINHO (1996).

um contexto determinado, e, portanto, abordados por uma óptica extrínseca. O fenômeno literário não interessava em si mesmo, mas em suas relações quer com a série em que se inseria, quer com outros a que se assemelhava, e nesses casos a comparação dependia de um contacto real e comprovado, documentado. Investigavam-se as filiações de uma obra, autor ou movimento, e as influências que ele teria exercido sobre outros, e ficava-se, na maioria das vezes, em um plano puramente analógico-descritivo.

A separação entre Literatura Comparada e Historiografia Literária só vai ocorrer, e de maneira bastante contundente, em 1958, durante o II Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (AILC/ICLA), fundada poucos anos antes. Nesse Congresso, organizado por Werner Friederich, na Universidade de Carolina do Norte, em Chapel Hill (EUA), René Wellek apresenta uma conferência com o título provocativo de “A crise da Literatura Comparada” (WELLEK: 1959), em que procede a um balanço da disciplina e investe contra suas fragilidades teóricas e a incapacidade de estabelecer até aquela época um objeto de estudo distinto e uma metodologia específica. O texto, verdadeiro libelo contra os pronunciamentos do grupo francês, representado por figuras como Baldensperger, Van Tieghem, Carré e Guyard, desperta imensa celeuma, e constitui uma espécie de ponto de partida do que vem a ser designado mais tarde, em oposição à Francesa, de “Escola Americana” de Literatura Comparada.

Influenciado pelo Formalismo Russo, a Fenomenologia e o New Criticism norte-americano, Wellek critica com veemência os estudos de fontes e influências, de ordem extraliterária e baseados em princípios causalistas, e propõe uma análise centrada primordialmente no texto. Entretanto, ele não se atém à postura imanentista dessas correntes; ao contrário, considera um complemento o estudo das relações entre o texto e o contexto em que este fora produzido. Sua crítica incide sobre o historicismo tradicional, mas não sobre a dimensão histórica, que não deve estar ausente na abordagem do fenômeno literário. Além disso, os estudos de fontes e influências limitavam-se na maioria das vezes a estereis paralelismos, resultantes de mera caça às semelhanças. Wellek condena a perspectiva predominantemente descritivista de tais estudos e afirma que Comparatismo e crítica não podem andar separados. Esses aspectos, juntos, formam a base da cisão entre uma suposta orientação norte-americana e a francesa clássica, e fazem do autor uma espécie de prógono da nova Literatura Comparada (COUTINHO & CARVALHAL, 1994).

Embora os autores da chamada “Escola Americana” de Literatura Comparada não constituam um grupo coeso nem disponham de um programa estabelecido, fortes denominadores comuns, distinguíveis na atuação desses autores, justificam o uso do termo. Além dos rasgos já apontados na proposta de Wellek, registrem-se o tônus mais eclético da nova escola e sua capacidade de absorção de noções teóricas diversas. Tais aspectos ampliam consideravelmente o escopo da Literatura Comparada, conferindo-lhe um caráter mais internacional, que a leva a incluir outras literaturas até então alheias ao cânone da tradição ocidental, e mais interdisciplinar, que a aproxima não só das demais formas de atividade artística, como ainda de outras esferas do conhecimento. Tomando sempre por base o texto, mas levando em conta suas relações com o contexto histórico-cultural, a “Escola Americana” aborda o fenômeno literário por caminhos diversos, mas ao mesmo tempo chamando atenção para a importância de uma metodologia científica, que não lhe permita incorrer em simples sistema de trocas bilaterais. Nessa nova fase, os tradicionais estudos de fontes e influências sofrem um embate decisivo e as barreiras entre Comparatismo e Crítica se tornam cada vez mais tênues. Contudo, nem todos os germes da tradição são lançados por terra, permanecendo ainda entre outras coisas o cunho universalizante das propostas – o seu caráter de *grand récit*, para empregar a expressão de Lyotard (LYOTARD, 1979) – e o tom, porquanto camuflado, ainda iniludivelmente etnocêntrico do discurso.

A maior permeabilidade da “Escola Americana” e as contribuições dessas vozes isoladas conferiram novo impulso ao Comparatismo, que deixou de lado a perspectiva historicista tradicional e seu correlato – os velhos estudos de fontes e influências – e passou a ocupar-se cada vez mais do texto literário e das relações interliterárias e interdisciplinares. No entanto, a amplitude que adquiriram os estudos comparatistas da década de 1970 até o presente deve muito à voga da Teoria Literária nesse período, sobretudo às ondas estruturalista e pós-estruturalista ou desconstrucionista, que varreram o meio intelectual ocidental, e aos estudos interdisciplinares, que se expandiram consideravelmente na mesma época, conquistando espaços até então reservados a determinadas áreas do conhecimento.

Não cabe aqui detalhar a contribuição que cada uma das correntes teórico-críticas da segunda metade do século XX aportou para a Literatura Comparada, desde o Estruturalismo e a Semiologia, passando pela Estética da Recepção e pela releitura a que se

procedeu do Marxismo e da Psicanálise, até as visões mais recentes da Desconstrução e da Nova História, mas é mister assinalar que, graças a este intercurso, o Comparatismo ganhou uma dimensão, que se expressa hoje na multiplicidade de caminhos com que ele dialoga com a obra literária. Consciente – sobretudo depois da grande penetração dessas duas últimas correntes – da sua própria situação de discurso, condicionado a um contexto histórico-cultural determinado, e, portanto, passível de questionamento, o Comparatismo vem pondo em xeque seus pressupostos básicos, de teor etnocêntrico, e reformulando-se constantemente. Agora, o ideal de universalização, que por tanto tempo norteou os estudos comparatistas, segundo o qual a literatura constituía uma espécie de força enobrecedora da humanidade, acima de qualquer barreira de ordem lingüística ou nacional, revela-se como mera utopia, e o discurso de que a literatura deveria ser abordada por um viés apolítico se revela como uma falácia, cuja única função era camuflar uma atitude de reafirmação da supremacia de um sistema determinado sobre os demais⁵.

Os estudos interdisciplinares desenvolvidos nas últimas décadas, máxime os chamados Estudos Culturais⁶ e Pós-Coloniais⁷, abalaram, assim como as correntes teórico-críticas mais recentes, as bases da Literatura Comparada, e as grandes modificações que eles ocasionaram emergem exatamente daqueles contextos literários até então vistos como periféricos pelos comparatistas. Nesses locais, onde não há nenhum senso de incompatibilidade entre Literaturas Nacionais e Literatura Comparada, os estudos

⁵ Tanto a pretensão de universalidade, expressa pela crença de que, a despeito da diversidade e multiplicidade do fenômeno literário, era possível construir-se um discurso homogêneo sobre ele, uma espécie de “poética universal”, quanto o discurso de apolitização, que envolvia a literatura em uma espécie de aura, conferindo-lhe um prestígio especial e distanciando-a de outras formas de discurso, foram noções que dominaram não só os estudos literários, mas toda a *Weltanschauung* de meados do século XX. Sobre a questão do eurocentrismo, ver AMIN (1989), TOMLISON (1991), AHMAD (1992), e BASSNETT (1993).

⁶ Para maiores informações sobre o debate que se vem travando em torno dos Estudos Culturais, hoje já bastante afastados, em algumas de suas formas, da Escola de Birmingham, na Inglaterra, onde se originaram, ver DURING (1994).

⁷ Empregamos o termo “pós-colonial” neste ensaio não no sentido cronológico de posterioridade a um processo de colonização, mas antes como um conceito teórico marcado pelo questionamento de todo tipo de discurso que camufla relações de dominação, naturalizando-as, ou, como o define J. M. Moura (1999: 4), como toda estratégia do discurso que rejeita a visão colonial, mesmo durante o período da colonização. O discurso pós-colonial opõe-se ao discurso colonial na medida em que desmascara o primeiro, denunciando consequentemente a relação de poder que aquele encobria, e inclui formas que se estendem desde o discurso feminista e dos grupos minoritários étnicos até o discurso dos povos ditos periféricos. É somente neste sentido que podemos falar de um discurso pós-colonial na América Latina, onde a preocupação com o colonialismo diz respeito não à independência política, alcançada já desde a primeira metade do século XIX, mas à independência cultural e, sobretudo, econômica ainda hoje vigente com relação a países do chamado Primeiro Mundo, e com as relações de poder entre grupos étnicos, os sexos, e principalmente as diferentes classes sociais. Para maiores esclarecimentos, ver ASHCROFT, GRIFFITHS & TIFFIN (1995), CHILDS & WILLIAMS (1997), GANDHI (1998) e LOOMBA (1998).

comparativos têm-se associado com frequência a questões de identidade nacional e cultural e têm adquirido uma feição política bastante acentuada. O desafio levantado por críticos como Edward Said (1978), Homi Bhabha (1994) e Gayatri Spivak (in WILLIAMS & CHRISTMAS (1994), entre outros, ao processo sistemático instituído pelas nações colonizadoras de “inventar” outras culturas passa a figurar da ordem do dia nesses contextos, e o desvio de olhar torna-se um ponto fulcral em qualquer abordagem comparatista. Ao invés de tomar-se como referência o modelo europeu e olhar para a literatura nacional ou local pela perspectiva dele, o fundamental agora é partir do próprio solo, do *locus* onde se situa o pesquisador, e mirar a tradição forânea pela sua óptica. É nisto que reside a tônica do novo Comparatismo, que se vem desenvolvendo com tanto vigor e dinamismo em pontos diversos da Ásia, como a Índia e a China, em países diferentes da África, e na América Latina, de maneira geral.

Esta nova orientação da Literatura Comparada traz à tona uma série de problemas, que agora se incorporam à agenda da disciplina: questões como a das relações entre uma tradição local e outra importada, das implicações políticas da influência cultural, da necessidade de revisão do cânone literário e dos critérios de periodização. Nenhuma dessas questões é, contudo, tão significativa quanto o questionamento que vem sendo empreendido, cada vez com mais vigor, em torno do próprio objeto de estudo da disciplina – a obra literária – e dos demais pilares que até então sustentavam a sua construção, como os conceitos de “nação” e de “idioma”. Até recentemente a obra literária era vista como uma espécie de “fato natural” e os discursos que se erigiam sobre ela partiam dessa premissa: tratava-se de um texto que em algum momento fora definido como literário. Agora, porém, este privilégio concedido ao texto literário vem sendo posto em xeque, tornando problemático todo tipo de estudo que o toma como ponto de partida. Para muitos estudiosos, não há na realidade um discurso literário – a literatura é uma prática intersubjetiva como muitas outras – e sua especificidade, ou, melhor, sua “literariedade”, não passa de uma construção elaborada por razões de ordem histórico-cultural. Do mesmo modo, a “nação” e o “idioma”, que até então constituíam referenciais seguros para a Literatura Comparada, hoje se revelam como constructos frágeis, sem nenhuma base de sustentação. A primeira, dado originário do que veio a constituir-se como “literaturas nacionais”, contraponto fundamental dos estudos comparatistas, é agora vista como uma “comunidade imaginada”, com o mesmo peso de outras calcadas em referenciais distintos,

como língua, etnia ou religião; e o segundo, responsável por conferir homogeneidade a um *corpus*, que funcionou muitas vezes como alternativa para a idéia de “nação”, revela-se agora como construção datada, baseada em interesses puramente políticos e hegemônicos.

Esta transformação por que passou a Literatura Comparada – de uma prática coesa e unânime de comparação de autores, obras e movimentos literários, que reforçava a identificação arbitrária de estados-nações com idiomas nacionais vistos como suas bases naturais, para uma reflexão mais ampla, consciente de sua própria condição de discurso e do *locus* de sua enunciação, que veio a questionar inclusive seu próprio objeto de estudo – constituiu uma verdadeira reviravolta na agenda da disciplina, e o crítico Hillis Miller muito bem a expressou ao referir-se a uma mudança de ênfase do estudo retórico intrínseco da literatura para o estudo de suas relações extrínsecas e sua localização nos contextos histórico, psicológico e sociológico (MILLER, 1998). Agora, o interesse maior do comparatista deslocou-se, entre outras coisas, da preocupação com a natureza e função da literatura no plano internacional, para a tentativa de compreensão das diversas contradições da categoria do literário em diferentes culturas. A contextualização tornou-se uma palavra de ordem nos estudos comparatistas e o estético passou a ser visto como um valor entre outros, sempre associado a um espectro mais amplo, que inclui necessariamente o político. Não podendo abordar aqui todas essas transformações, deter-nos-emos em seguida em alguns de seus aspectos mais relevantes que concernem às relações entre a Literatura Comparada e Historiografia Literária.

A Historiografia Literária sempre se instituiu como uma das principais searas de investigação da Literatura Comparada, tendo esta inclusive em seus primórdios sido freqüentemente confundida com ela, em decorrência do predomínio do método historicista à ocasião da configuração e consolidação da disciplina. Mais tarde, porém, com a reação despertada pelas correntes imanentistas, que passaram a dominar os estudos literários em meados do século, a Historiografia, bem como a própria dimensão histórica dos estudos literários, foi relegada a um plano secundário, chegando esta última, em casos extremos, a ser até considerada irrelevante ou dispensável na apreensão do fenômeno literário. Tal reação, hoje reconhecida como uma grande falácia pela sua pretensão de isolar o texto numa espécie de torre de marfim, não chegou, entretanto, a ter muita vigência no âmbito do Comparatismo, pois, como vimos, mesmo a “Escola Americana”, com sua ênfase marcadamente formalista, nunca deixou de assinalar a relação da obra estudada com seu

contexto histórico-cultural. A importância do contexto, embora nunca totalmente descartada, voltou, contudo, a um primeiro plano outra vez no período pós-estruturalista, só que agora por uma óptica fundamentalmente distinta, que leva em conta não só o *locus* histórico-cultural de produção da obra como também o da recepção, e a relação estabelecida entre ambos (HUTHEON, 1988 e HUTCHEON & VALDÉS, 1994).

Deixando de lado a questão da dimensão histórica dos estudos literários, e concentrando a atenção nesta última, cabe lembrar que esta também sofreu considerável transformação nas duas últimas décadas, graças, em grande parte, ao abandono de noções como a de “progressão” ou “evolucionismo”, em favor, por exemplo, de outras como as de “simultaneidade” ou de “confluência de linhas”, que podem correr paralelas ou em sucessão, mas sem recorrerem a um percurso uniforme. A noção de progressão histórica ou evolucionismo sobre a qual se erigiu o Historicismo positivista constituiu um dos principais alvos da transformação operada no seio da Historiografia, e conseqüentemente no campo que estamos considerando em primeiro plano – o da Historiografia Literária. Conscientes de que a História da Literatura não é o mero registro acumulativo de tudo o que se produziu, nem a simples compilação de temas ou formas, mas a reescrita constante de textos anteriores com o olhar do presente, os historiadores da Literatura adotaram a dialética mencionada entre passado e presente, e passaram a orientar suas obras por critérios calcados nessa dialética. Os fatos, fenômenos ou acontecimentos relatados pelo historiador literário ocorreram no passado, mas como seu relator é também um indivíduo historicamente situado, ele constrói sua narração à luz de uma visão comprometida com o tempo e local da enunciação. Como construção discursiva, a história literária é um relato de ocorrências literárias, e como tal ela não pode escapar ao movimento hermenêutico mencionado.

Em conseqüência da ruptura da linearidade cronológica em que se baseara a Historiografia tradicional, e, sobretudo, da consciência, desenvolvida por essa nova historiografia, de sua própria condição de discurso, a elaboração de histórias literárias adquire outra dimensão, que amplia significativamente a sua esfera. Agora, a matéria que constituía a história oficial, no caso da Literatura representada pelo cânone, não é mais a única fonte de interesse, e a investigação histórica está menos interessada em registrar a ocorrência de certos fatos ou eventos do que em determinar o significado que eles tiveram para um determinado grupo ou sociedade. Além disso, como o discurso se acha sempre

comprometido com interesses do emissor, e como é no presente que o historiador organiza e dá forma a sua obra, atribuindo significado aos eventos passados, tanto a seleção quanto a leitura que ele realiza desses eventos passam a constituir elementos fundamentais. A história literária é, assim, a história da produção e recepção de textos, e para o historiador esses textos constituem ao mesmo tempo documentos do passado e experiências do presente.

Do mesmo modo que a noção de progressão histórica, o conceito de “literariedade” vem sendo alvo de críticas contundentes nas últimas décadas, tendo sofrido uma ampliação semântica tão significativa, que passou a abarcar ao mesmo tempo categorias variadas do discurso, como a referencial e a ficcional, a oral e a escrita, a popular e a erudita, estendendo, conseqüentemente, o raio de atuação da historiografia literária para o âmbito da cultura em geral. Esta ampliação do objeto de estudo não só aumentou consideravelmente o número de textos a serem estudados pelos historiadores literários, como também expandiu os contextos históricos em que estes textos eram abordados, acentuando o caráter interdisciplinar da matéria. Assim como os estudos de História *tout court* deixaram de restringir-se aos eventos políticos e diplomáticos, passando a incluir as circunstâncias mais amplas que os condicionaram, as pesquisas de História Literária enveredaram também por searas antes reservadas a outros saberes, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Política e a própria Filosofia. Agora, ao lado do exame do texto, bem como dos gêneros, estilos e topos, que por tanto tempo alicerçaram as obras de História da Literatura, torna-se relevante também a análise do campo em que se produziu a experiência literária, e o contexto de recepção da obra é tratado em pé de igualdade ao de produção.

Essa dialética entre passado e presente, que leva o historiador a oscilar da observação concreta à consciência da heterogeneidade da vida, somada à ampliação do escopo desses estudos, que passam a abarcar outras esferas do conhecimento, são aspectos do que poderíamos chamar de caráter comparatista da historiografia literária contemporânea. Nessa rede complexa de relações são lançadas em conflito duas instâncias temporais e espaciais distintas, e é na dialética estabelecida entre estas instâncias de produção e recepção de textos que se tece o discurso da história literária, não mais como um relato pretensamente objetivo de fatos, mas como discurso. A narração empreendida pelo historiador literário é uma seleção de textos e acontecimentos, que traduz sempre a

óptica de seu porta-voz e as marcas da comunidade a que ele pertence. E como estes traços são sempre fluidos e multifacetados, é sobre as variantes que incide o interesse do relato. Lembrem-se aqui as diferentes leituras de um mesmo episódio histórico feitas em momentos ou locais distintos, ou o interesse maior ou menor despertado por certo texto em momentos diversos da história literária. Lembre-se ainda o caso, aliás, bastante ilustrativo, das histórias não oficiais, que vêm hoje conquistando espaços cada vez maiores, narradas por grupos minoritários até há pouco tempo marginalizados.

Esta ampliação do escopo da historiografia literária, que passou a incluir várias outras formas de discurso antes excluídos da chamada “artéria principal”, foi altamente facilitada pelo questionamento desenvolvido também nas décadas de 1980 e 1990 sobre as noções de “nação” e “idioma”, dois elementos que serviram freqüentemente de marcos referenciais nos estudos de Literatura Comparada. Ao acatar a idéia de Benedict Anderson (1981) de que o conceito de “nação”, identificado a “estado-nação”, é uma construção do século XVIII, ligada a interesses políticos e econômicos específicos, e, portanto, passível de desconstrução, a historiografia literária contemporânea deixou de encarar a relação entre literatura e nação como dominante na constituição de suas histórias, passando a admitir variantes com a mesma força de expressão. Assim como a nação, havia outras “comunidades imaginadas”, baseadas em referenciais de tipo diferente, como idioma, etnia ou religião, que dispunham de produção vigorosa, e os historiadores contemporâneos passaram a dar ouvido a suas vozes, relativizando a autoridade da primeira.

Assim como no caso do conceito de “nação”, a problematização que se verificou também sobre o conceito de “idioma” foi altamente benéfica para a historiografia literária, que passou a pôr em xeque o idioma canônico como única forma de expressão de uma determinada comunidade, e a aceitar outras linguagens, rompendo deste modo toda sorte de visão monolítica do real. Estas linguagens, que vão desde idiomas realmente distintos, como as línguas autóctones, até registros marginalizados, como o chamado “popular”, passam agora a figurar das histórias literárias, enriquecendo grandemente o seu âmbito, e clamando por uma reformulação do *corpus* até então identificado como a “produção literária nacional” e organizado pela historiografia tradicional em uma série coesa e unânime. Se não se pode mais pensar a história em termos de um esquema linear e unicultural, mas apenas como a articulação de sistemas que se imbricam, superpõem e transformam constantemente; se não se pode mais restringir a produção de um povo a um

espaço arbitrariamente construído por razões de hegemonia político-econômica, mas, ao contrário, encarar esse espaço como um *locus* móvel e plural; se finalmente não se pode mais limitar o âmbito da literatura à produção escrita ficcional ou poética, os *corpora* que serviram de base às histórias literárias tradicionais perdem sua fixidez, tornando-se múltiplos e dinâmicos, e dão margem à coexistência de cânones distintos dentro de um mesmo contexto.

Na América Latina, onde os estudos literários sempre foram moldados à maneira européia, a preocupação com a Historiografia Literária é uma constante desde a independência política da maior parte das nações, mas a referência na constituição das histórias literárias sempre foi a literatura européia. Basta lembrar como exemplo a constituição do cânone, forjado inteiramente por um processo de internalização do olhar metropolitano, primeiro ibérico, nos três séculos de colonização, e depois francês, após a independência política, e os critérios de periodização, que tomavam sempre como parâmetro os movimentos ou escolas surgidos na Europa e encaravam as manifestações latino-americanas como extensões dos primeiros. Atualmente, porém, a questão vem mudando, graças, sem dúvida, à *episteme* pós-moderna, e tem dado origem ao surgimento de histórias literárias de alto teor inovativo⁸. Embora não seja possível examinar com detalhes todas essas mudanças, não podemos tampouco deixar de tecer alguns comentários sobre a maneira como elas refletem as transformações ocorridas no próprio seio dos estudos literários no continente latino-americano.

Assim, comecemos por lembrar o próprio conceito de “América Latina”, que, pela sua pluralidade, requer constantemente um enfoque também plural, que reconheça as diferenças de ordem geográfica, lingüística, etnográfica, cultural, econômica, etc., do continente, e busque dar conta dessa diversidade de maneira desierarquizada⁹. Em termos históricos, a América Latina é uma construção, primeiro européia, e posteriormente de seus próprios habitantes, ou, para empregar as palavras de alguns críticos, uma “ficção”, e mais tarde uma “autobiografia”; portanto, ela deve ser abordada por uma óptica que leve em consideração o processo mesmo desta construção através do exame da produção e recepção

⁸ Como exemplo dessas histórias literárias, citem-se a série, org. por PIZARRO (1993), a publicação de *A History of Literature in the Caribbean*, coord. por James Arnold, e a série, org. por VALDÉS & KADIR (2004).

⁹ Para um maior debate sobre a construção da identidade nos estudos literários da América Latina e o papel desta construção no âmbito da historiografia, ver RAMA (1982), AÍNSA (1986), SCHWARZ (1987), LIMA

de sua literatura. Originariamente cunhado na França do século XIX com o fim de designar um subcontinente distinto da América Anglo-Saxônica, o termo foi primeiramente identificado com a América de língua espanhola, mas, em meados do século XX, sua área semântica se amplia, passando a incluir o Brasil, e, mais tarde, o Caribe francês e a província do Québec, no Canadá. Entretanto, a grande transformação que veio a sofrer se deu com a inclusão de países e povos do Caribe não colonizados por neolatinos, como as antigas colônias inglesas e holandesas da região, e de universos transculturais dentro das nações anglo-saxônicas do continente, como as minorias hispânicas no interior dos Estados Unidos. Deste modo, uma história da literatura latino-americana tem agora que incluir a produção de todos esses locais, e, qualquer que seja o enfoque adotado, é preciso que seja sempre problematizador.

Do ponto de vista temporal, vale lembrar o abandono de qualquer sentido de progressão ou evolucionismo em favor da noção de simultaneidade ou de confluências de linhas, que, conforme mencionado a respeito da Historiografia contemporânea em geral, podem correr paralelas ou em sucessão, mas sem recorrerem a um percurso uniforme. A noção de progressão, que se encontrava antes na base de qualquer História Literária do continente, tinha como referência a produção dos grupos social ou economicamente privilegiados, sempre de origem européia, e deixava de lado qualquer outro tipo de manifestação que não estivesse de acordo com os padrões desses grupos. O resultado era a exclusão de uma ampla produção, de grande relevância, proveniente das comunidades indígenas, dos ex-escravos africanos ou de qualquer outro grupo desfavorecido. Ao deixar de lado a noção de progressão linear e substituí-la pela idéia de simultaneidade ou de confluência de linhas, a produção desses grupos passa a ser levada em conta e o caráter monolítico das histórias anteriores dá lugar a um quadro heterogêneo da produção literária do continente.

Do ponto de vista espacial, a opção é por uma noção de cartografia que se afasta de qualquer fronteira instituída arbitrariamente ou com um caráter hegemônico, substituindo-se, sempre que necessário, conceitos como o de “nação”, por outros mais flexíveis, como o de “regiões culturais”. O modelo que tomava a nação como referencial básico não levava em conta nem as diferenças regionais dentro de uma mesma nação nem a existência, tão comum no continente, de uma região cultural que transcende as fronteiras de diversas

nações, como é o caso da região amazônica ou da andina, ou ainda de uma região como a constituída por um povo como o Aimará, que ocupava um território mais tarde distribuído por razões políticas em quatro países distintos. Nesse caso, é preciso que se levem em conta todos os processos de imbricamento, sincretismo ou apropriação por que passam as formas estudadas e as variações verificadas em cada contexto, como também a oscilação dos pólos de atração centrípetos e centrífugos em escala local ou continental.

Finalmente, no que concerne ao estudo das formas mesmas, é necessário chamar atenção para a importância do abandono de qualquer visão monolítica, em favor de um olhar que busque sempre contemplar a heterogeneidade do continente. Assim, passam a integrar a historiografia literária latino-americana não só a produção de grupos étnicos até então excluídos pela vertente canônica, dentre os quais indígenas com línguas ainda vivas e um repertório de textos tanto escritos quanto orais, como também outros registros, como o “popular”, sempre contraposto ao “erudito”, presente em expressões como o *corrido* mexicano ou a literatura de cordel brasileira. Frise-se ainda que, com a ampliação, se assim se pode dizer, do conceito de “literariedade”, passam também a figurar dessas novas histórias outras espécies de discurso, que transcendem a chamada “escritura artística” ou “imaginativa”, e situam-se na esfera da cultura em geral, e o cânone perde seu sentido unívoco e autoritário, tornando-se, se isto é possível, uma estrutura aberta, passível de constante reformulação.

Todas essas questões só se tornam viáveis se se adota, na elaboração dessas histórias literárias, uma perspectiva realmente comparatista, que examina lado a lado fatos, fenômenos ou acontecimentos, sem restrições apriorísticas, mas, ao contrário, por uma óptica transcultural. Uma História Literária Comparada encara as obras literárias como elementos históricos num contexto dinâmico de transmissão e recepção, e, neste contexto, o “diálogo” constitui talvez o fator central, pois é algo que ocorre, como afirma Wolfgang Iser, em diversos níveis: “entre passado e presente, entre vozes que expressam preocupações comuns, entre conceituações teóricas, entre padrões de valoração” (ISER, 1994: 736). É este diálogo, em última instância, levado a cabo em todos os planos da construção da história literária, que constitui o dado fundamental dessa nova historiografia, a única capaz, ao menos no atual contexto histórico, de dar conta da multiplicidade de visões de um universo como a América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- AHMAD, Aijaz. *In Theory: Classes, Nations, Literatures*. Londres: Verso, 1992.
- AÍNSA, Fernando. *Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa*. Madrid: Gredos, 1986.
- AMIN, Samir. *Eurocentrism*. Trad. Russell Moore. New York: Monthly Press, 1989.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.
- ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G. & TIFFIN, H., orgs. *The Post-Colonial Reader*. Londres: Routledge, 1995.
- BASSNETT, Susan. *Comparative Literature: a Critical Introduction*. Oxford: Blackwell, 1993.
- BEVERLY, John & OVIEDO, José, orgs. *The Postmodernism Debate in Latin America*. A Special Issue of *Boundary 2*. Durham: Duke Univ. Press, vol. 20, no. 3, Fall 1993.
- BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1994.
- _____. org. *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1994.
- BONFIL BATALLA, Guillermo. *Identidad y pluralism cultural en América Latina*. Buenos Aires: Fondo Editorial de CEHASS, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilisation and Capitalism 15-18 Century*, vol. I *The Structures of Everyday Life: the Limits of the Possible* (Trad. Sian Reynolds). Londres: Collins, 1981.
- CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986.
- CHANADY, Amaryll, org. *Latin American Identity and the Construction of Difference*. Minneapolis: Minnesota Univ. Press, 1994.
- CHILDS, Peter & WILLIAMS, Patrick, orgs. *An Introduction to Post-Colonial Theory*. Londres: Prentice Hall, 1997.
- CLEMENS, Robert J. *Comparative Literature as Academic Discipline*. New York: MLA, 1978.
- CORSE, Sarah M. *Nationalism and Literature*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1997.

COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

_____. “O móvel e o plural”, in RESENDE, Beatriz, org. *A literatura latino-americana no século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005, p. 156-62.

_____. “Do uno ao diverso: breve histórico crítico do comparatismo”. *Organon*, vol. 10, no. 24 (1996), p. 25-34.

_____ & CARVALHAL, Tania, orgs. *Literatura Comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DURING, Simon, org. *The Cultural Studies Reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

GANDHI, Leela. *Post-Colonial Theory: a Critical Introduction*. New York: Columbia Univ. Press, 1998.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nationalisms: the Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century*. Cambridge: Polity Press, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Londres, 1989.

HUTCHEON, Linda. *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*. New York: Routledge, 1988.

_____ & VALDÉS, Mario. *Rethinking Literary History Comparatively (American Council of Learned Societies Occasional Paper, no. 27, 1994)*.

IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.

LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LOOMBA, Ania. *Colonialism/ Postcolonialism*. Londres: Routledge, 1998.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit, 1979.

MILLER, Hillis. “The Function of Literary Theory at the Present Time”. In: COHEN, Ralph, org. *The Future of Literary Theory*. New York: Routledge, 1998.

MOURA, Jean-Marc. *Littératures francophones et théorie postcoloniale*. Paris: PUF, 1999.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIZARRO, Ana, org. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. 3 vols. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.

RAMA, Ángel. *La transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: 1978.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SPIVAK, Gayatri. "Can the Subaltern Speak?" In: WILLIAMS, P. & CHRISMAN, L., orgs. *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: a Reader*. New York: Columbia Univ. Press, 1994.

TOMLISON, John. *Cultural Imperialism*. Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1991.

VALDÉS, Mario & KADIR, Djelal, orgs. *Literary Cultures of Latin America: a Comparative History*. 3 vols. Oxford: Oxford Univ. Press, 2004.

WELLEK, René. "The Crisis of Comparative Literature". In: FRIEDERICH, Werner, org. *Comparative Literature: Proceedings of the Second Congress of the ICLA*. 2 vols. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1959. Vol. I, p. 149-60.

_____ & WARREN, Austin. *Theory of Literature*. New York: Hartcourt, Brace & Co., 1949.

YÚDICE, George, FRANCO, Jean & FLORES, Juan, orgs. *On Edge: the Crisis of Contemporary Latin American Culture*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1992.